

Efeitos da reforma na redução da dívida interna

por Cláudia Safatle
de Brasília

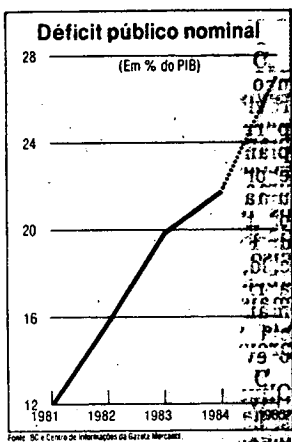
O governo aposta na queda real da dívida interna mobiliária neste ano, após um crescimento espetacular registrado no ano passado, quando a dívida pública cresceu a uma taxa nominal de 438,45%, saindo de Cr\$ 37,42 trilhões, em 1984, para Cr\$ 190,7 trilhões ao final de 1985.

A redução na taxa de crescimento da dívida tem sido expressiva. O pico da elevação ocorreu em julho do ano passado, quando a dívida cresceu 90,9%, sofrendo reduções paulatinas até encerrar dezembro com uma queda para 60% na taxa de crescimento. Com o aumento da receita tributária já nos dois primeiros meses do ano, em decorrência do "pacote fiscal" aprovado em dezembro, foi possível manter um certo controle na expansão monetária e reduzir para o patamar de 40% a taxa de crescimento da dívida mobiliária. Esse percentual deve baixar para algo próximo a 15% nos próximos meses, segundo expectativa do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, externada recentemente.

A MONETIZAÇÃO

O programa de estabilização da economia, ao acabar com a correção monetária, criou um enorme espaço para a monetização da dívida interna. Cerca de 70% dos investimentos no open market eram aplicações por um dia e, sem a correção, esse dinheiro foi transferido para a conta de depósitos a vista dos aplicadores. Decorre dessa monetização a perspectiva de queda real da dívida, considerada como um movimento "excepcional" para o ministro do Planejamento, João Sayad.

O ministro, porém, não defende o prolongamento dessa trajetória nos próximos anos. "Há espaços para o crescimento da dívida interna na faixa de 6%, que deverá ser o crescimento da economia", acentua Sayad. Para os críticos dessa postura, que prefeririam uma redução mais drástica do endividamento interno, Sayad responde com uma proposta alternativa: "Num horizonte mais largo, a dívida pode crescer à taxa de 6% e, em contra-



partida, reduzirmos os impostos".

Ainda não se sabe quais os exatos efeitos do programa de estabilização da economia nas receitas e despesas do governo, a ponto de garantir que a queda real será de "x" ou "y". Tem-se como seguro, por enquanto, que até junho será possível manter a dívida interna razoavelmente neutra, ou seja, não colocar liquidamente mais pés.

OS BANCOS

Como lembrou o secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi, o Plano Cruzado traz várias implicações do lado das receitas tributárias: o lucro dos bancos será substancialmente menor, caindo assim a receita do Imposto de Renda nesse setor; com o enxugamento das aplicações no "overnight", cresce substancialmente o recolhimento do Imposto de Renda na fonte sobre esses ganhos. E não são setores com pouca participação na geração de receitas para o Tesouro Nacional. Apenas o Imposto de Renda sobre os lucros bancários representa algo próximo a 33% da arrecadação total do Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

A reavaliação de receitas e despesas após os efeitos do plano de estabilização econômica somente será assegurada nos próximos dois meses, diz Calabi, lembrando, porém, que o fim da inflação e da correção monetária, por outro lado, trabalha a favor da "não erosão" do dinheiro arrecadado através dos impostos e, também, reduz o custo de rolagem da dívida interna.